

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO  
MUNICÍPIO PAULÍNIA/SP**

**CONSELHO FISCAL  
RELATÓRIO ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**EXERCÍCIO 2023**



**Prefeito Municipal**

Ednilson Cazellato

**Diretor Presidente - Pauliprev**

Marcos André Breda

**Membros do Conselho Fiscal**

Reginaldo Aparecido Naves – Presidente

Adelson Chaves dos Santos

Ademir Pereira

Monica Cirelli de Cellio

Valéria Serra de Freitas Guimarães

*“O presente relatório usou como fonte de dados os documentos disponibilizados pela autarquia assim como os relatórios de Controle Interno.”*

## Sumário

Introdução.....	4
O Conselho Fiscal.....	5
Base Legal .....	7
Composição do Conselho Fiscal .....	8
Mandato dos Membros do Conselho Fiscal .....	9
Reuniões Realizadas em 2023 .....	10
1.0. Receitas .....	11
1.1. Compensação Previdenciária .....	11
1.2. Parcelamento de Débitos Patronais e Outras Receitas.....	13
1.3. Receitas Previdenciárias.....	14
2.0. Despesas.....	16
3.0. Financeiro .....	20
4.0. Saldo Financeiro.....	25
5.0. Contratos .....	25
6.0. Parecer Técnico.....	26
6.1. Certificado de Regularidade Previdenciária.....	26
6.2. Cálculo Atuarial.....	27
6.3. Dívida Previdenciária.....	28
6.4. Receitas x Despesas .....	29
6.5. Previdência.....	29
6.6. Carteira de Investimentos .....	31
6.7. Comprev .....	31
6.8. Recursos Humanos.....	32
7.0. Conclusão do Parecer .....	33

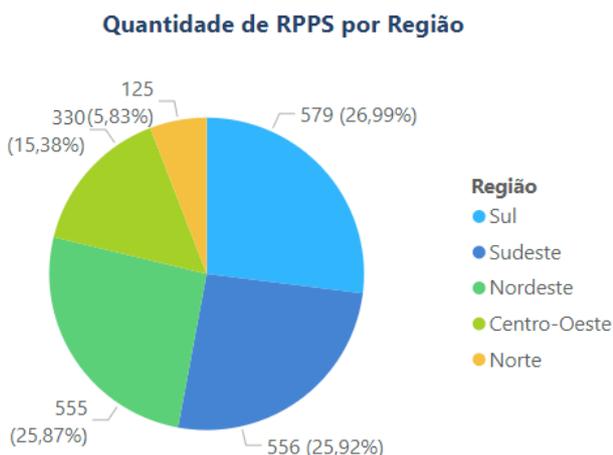
## Introdução

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que são instituídos por lei de cada ente federativo, têm o objetivo de disciplinar a previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo vinculados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios.

Tais órgãos são criados, portanto, com a finalidade essencial de disciplinar a arrecadação das contribuições sociais previdenciárias e as regras de concessão dos benefícios previdenciários, assegurando o seu caráter contributivo e solidário, sempre em busca do equilíbrio financeiro e atuarial.

Segundo dados do último Anuário Estatístico da Previdência Social -AEPs de 2022, existem no Brasil cerca de 2.145 (dois mil cento e quarenta e cinco) Regimes Próprios de Previdência Social, que são responsáveis pela proteção previdenciária de mais de nove milhões de servidores, dentre ativos, inativos e pensionistas.

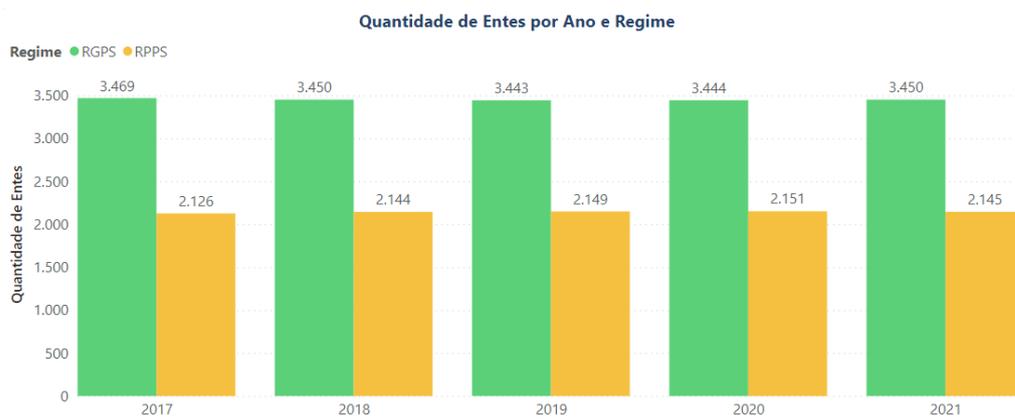
Fonte: [www.gov.br/previdencia/](http://www.gov.br/previdencia/)



Consoante os mesmos dados, estima-se que o ativo financeiro sob gestão desses RPPS's é superior a 200 bilhões de reais, sendo que a maioria desses recursos estão investidos em fundos de investimentos e títulos públicos.

O ente federativo que não criou seu RPPS antes da reforma da previdência não poderá mais fazê-lo, em consequência da vedação do novo parágrafo 22 do art. 40 da CF.

Fonte: [www.gov.br/previdencia/](http://www.gov.br/previdencia/)



Os regimes próprios de previdência social também devem realizar gestão de seu passivo atuarial, cuja soma dos resultados de todos os RPPS do país revela uma quantia estimada superior a um trilhão de reais, segundo estatísticas da Secretária de Previdência.

A Constituição Federal de 1988 estabelece como princípio a gestão democrática da Seguridade Social, mediante a gestão descentralizada, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e dos Governos nos órgãos colegiados.

Este relatório apresenta as principais atividades e deliberações adotadas pelo Conselho Fiscal da Pauliprev no exercício de 2023.

## O Conselho Fiscal

O papel do Conselho Fiscal é voltado ao acompanhamento e à fiscalização do funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e de seus planos de benefícios, competindo aos seus membros o exame dos balanços patrimoniais, das demonstrações contábeis, dos investimentos, dos relatórios das auditorias e das avaliações atuariais, além das boas práticas de governança desenvolvidas junto à entidade, como os controles internos, rotinas de trabalho e gerenciamento de riscos.

Independentemente de existirem rotinas ou mesmo um órgão de controle interno na estrutura administrativa da entidade, é o Conselho Fiscal quem valida todas as atividades ocorridas. Destaque-se que a função desse órgão não é voltada a definir as diretrizes, como o Conselho Deliberativo, tampouco executá-las, como a Diretoria-Executiva. Seu trabalho deve ser destinado a supervisionar o que vem sendo desenvolvido dentro da entidade de modo a verificar a conformidade do planejamento com a execução.

Apesar de não planejar ou executar, cabe ao Conselho manifestar-se, sugerir e apontar qualquer inconformidade verificada ou risco não previsto, principalmente aqueles mais relevantes, que possam afetar os objetivos da entidade.

Segundo o manual Pro-Gestão 2023 elaborado pela SPREV (Secretaria de Previdência), cabe ao conselho fiscal:

### 3.2.13 – Conselho Fiscal

*O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Fiscal, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados pela legislação local, contemplando pelo menos as seguintes atribuições:*

- a) Zelar pela gestão econômico-financeira;*
- b) Examinar o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão;*
- c) Verificar a coerência das premissas e resultados da avaliação atuarial;*
- d) Acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos;*
- e) Examinar, a qualquer tempo, livros e documentos;*
- f) Emitir parecer sobre a prestação de contas anual da unidade gestora do RPPS, nos prazos legais estabelecidos;*
- g) Relatar as discordâncias eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras.*

*O Conselho Fiscal deverá atuar com independência e autonomia em relação à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo.*

## Base Legal

- *Artigo 64 da Lei Complementar Municipal nº 18, de 09 de outubro de 2001, e suas devidas alterações.*

### *Seção IV*

#### *Da Competência do Conselho Fiscal*

*Art. 64 - Compete ao Conselho Fiscal:*

*I - eleger o seu presidente;*

*II - elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal;*

*III - examinar os balancetes e balanços do PAULÍNIA PREVI, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;*

*IV - examinar livros e documentos;*

*V - examinar quaisquer operações ou atos de gestão do PAULÍNIA PREVI;*

*VI - emitir parecer sobre os negócios ou atividades do PAULÍNIA PREVI;*

*VII - fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;*

*VIII - requerer ao Conselho de Administração, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;*

*IX - lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;*

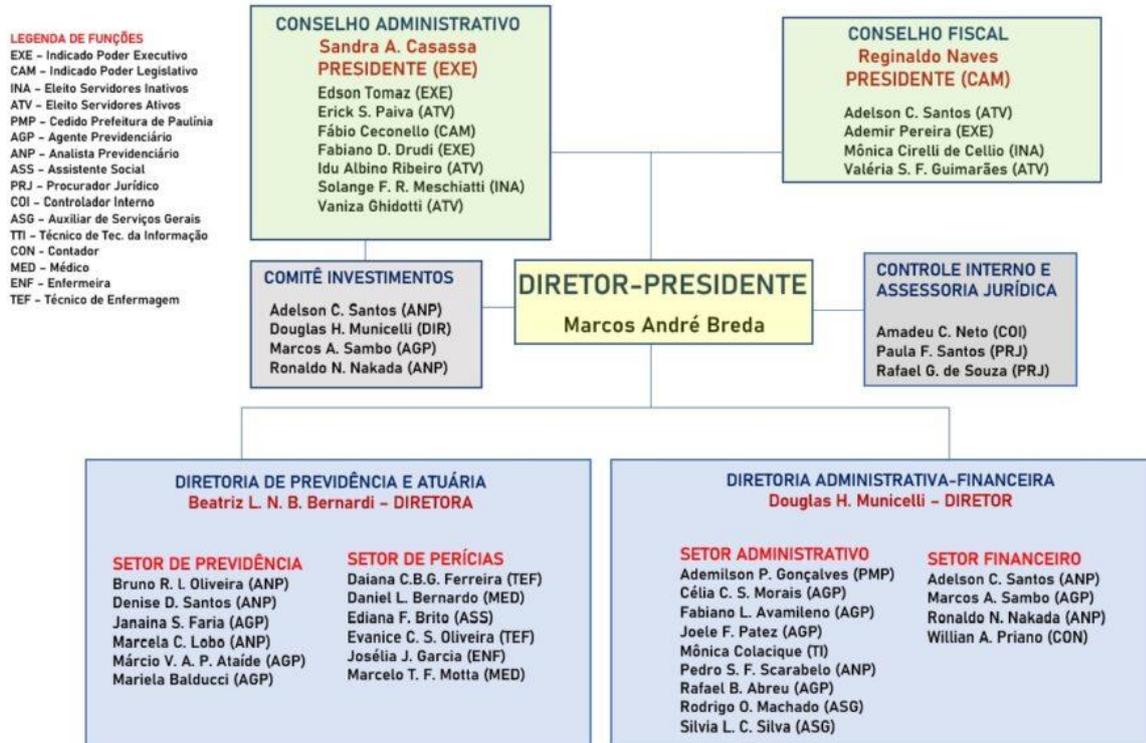
*X - remeter, ao Conselho de Administração, parecer sobre as contas anuais do PAULÍNIA PREVI, bem como dos balancetes;*

*XI - praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;*

*XII - sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas.*

*Parágrafo Único. Compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar e presidir as reuniões do Conselho.*

## Composição do Conselho Fiscal



O Conselho Fiscal será composto de 05 (cinco) membros titulares e seus respectivos suplentes, com escolaridade mínima definida em lei, a saber:

- 03 (três) membros eleitos pelos servidores, sendo 02 (dois) representados pelos servidores ativos e 01 (um) representado pelos servidores inativos, todos escolhidos entre seus pares;
- 01 (um) membro indicado pelo Prefeito Municipal, sendo necessariamente contribuinte do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia, que atenda aos requisitos previstos nesta lei.; e
- 01 (um) membro indicado pelo Presidente do Poder Legislativo Municipal, sendo necessariamente contribuinte do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia, que atenda aos requisitos previstos nesta lei.

## **Mandato dos Membros do Conselho Fiscal**

Os representantes que integrarão o Conselho de Administração o Conselho Fiscal serão escolhidos para um mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução sendo a representação do conselho escolhida anualmente.

Não poderão ser indicados ou eleitos servidores que estejam em estágio probatório. Ocorrendo vacância do cargo de membro titular eleito e não havendo suplente, far-se-á eleição suplementar para preenchê-la, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da abertura da vaga, prorrogável, uma vez, por igual período. São hipóteses de declaração de vacância do mandato do membro do Conselho Fiscal:

- Renúncia;
- Condenação judicial transitada em julgado;
- Processo administrativo disciplinar concluso com condenação ou;
- Deixar de comparecer a duas sessões consecutivas ou a quatro alternadas, sem motivo justificado, durante o mandato previsto no § 3º do artigo 50-A. (Redação dada pela Lei Complementar nº 81/2022)

Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas acima, convocar-se-á imediatamente o suplente respectivo, que será empossado na primeira reunião ordinária do Conselho depois da data da ocorrência. Os requisitos indispensáveis para integrar o Conselho Fiscal do PAULIPREV, na qualidade de Conselheiro titular, ou para integrar a lista de suplentes:

- Ter capacidade civil para a prática de todos os atos da vida civil;
- Ser servidor titular de cargo efetivo, com estabilidade no serviço público municipal, ou ser servidor inativo;
- Não desempenhar cargo de provimento em comissão, quando integrar o colegiado mediante eleição;
- Não ocupar qualquer tipo de cargo em partido político ou sindicato;
- Não desempenhar cargo eletivo remunerado;

## Reuniões Realizadas em 2023

REUNIÕES CONSELHO FISCAL – 2023	
MÊS	DATA
01/2023	26/01/2023 – Reunião Ordinária
02/2023	23/02/2023 – Reunião Ordinária
03/2023	28/03/2023 – Reunião Ordinária
04/2023	26/04/2023 – Reunião Ordinária
	26/04/2023 – Reunião Extraord.
05/2023	25/05/2023 – Reunião Ordinária
06/2023	28/06/2023 – Reunião Ordinária
07/2023	26/07/2023 – Reunião Ordinária
08/2023	29/08/2023 – Reunião Ordinária
09/2023	26/09/2023 – Reunião Ordinária
10/2023	25/10/2023 – Reunião Ordinária
11/2023	27/11/2023 – Reunião Extraord.
	28/11/2023 – Reunião Ordinária
12/2023	19/12/2023 – Reunião Ordinária

Ao longo do ano de 2023, o conselho fiscal realizou 14 reuniões, sendo 12 reuniões ordinárias e 2 reuniões conjuntas, sendo que, para atingir a eficácia e eficiência nas atividades a serem desempenhadas pelo Conselho Fiscal, torna-se imprescindível a utilização de meios digitais para uma melhor análise dos documentos a serem analisados.

Para que o conselheiro possa trabalhar de forma articulada e harmoniosa com os demais membros, pautando pela impessoalidade, imparcialidade e embasamento de suas decisões em critérios técnicos e objetivos, os documentos a serem utilizados nas reuniões são encaminhados com antecedência pelo Presidente, ou por outro membro designado, de forma que todos os membros, possam analisar individualmente os documentos de trabalho e posteriormente sendo colocados em debate no dia agendado para reunião presencial.

O Conselho Fiscal acompanha as reuniões do Conselho Administrativo, através de gravações disponibilizadas na página do Youtube e no Site da Pauliprev, observando suas deliberações, e buscando juntamente com o Conselho Administrativo valorizar a ênfase no sentido coletivo e colegiado dos Conselhos, pois entendemos que o trabalho em conjunto não viola os aspectos individuais do papel de cada conselheiro em expor sua opinião individual.

## 1.0. Receitas

No ano de 2023 constatamos os devidos REPASSES das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Instituto e Câmara Municipal e seus devidos aportes (conforme Lei n. 3738 de 23/12/2019); dos recursos provenientes do COMPREV e dos valores recebidos referentes aos parcelamentos CADPREV (contratos nº s 406 e 408/2020). Todos os comprovantes como APR's, ofícios e relatórios estão disponíveis para verificação junto ao Instituto.

## 1.1. Compensação Previdenciária

A compensação previdenciária é um processo de regularização (ajuste de contas) entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Os Municípios (RPPS) que instituíram seus próprios regimes de previdência possuem o direito de se compensar financeiramente com o regime geral, sempre que seus beneficiários, anteriormente à vinculação ao RPPS, eram segurados e contribuíram por algum tempo ao RGPS. Por essa razão, os regimes próprios, de um lado, ficam responsáveis pelo pagamento integral dos benefícios, e, de outro, tornam-se titulares do direito de se compensar com o regime geral, relativamente aos períodos de contribuição a ele vertidos.

Desde março de 2020, os processos de compensação previdenciária vêm sendo realizados pela própria autarquia, por funcionário devidamente treinado, o quem vem se mostrando como assertivo, dado o número de processos lançados.

Salientamos que, a aprovação dos processos depende única e exclusivamente da análise pelo INSS e dos demais órgãos instituidores, como Governo do Estado de São Paulo, Campinas “CAMPREV”, dentre outros.

Fonte: <https://comprev.dataprev.gov.br>

<b>COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>2023</b>
Receita RGPS	R\$ 9.989.551,23
Receita Hortoprev	R\$ 5.901,88
<b>Receita Total</b>	<b>R\$ 9.995.453,11</b>
<i>Despesa RGPS</i>	<i>-R\$ 31.142,56</i>
<b>SALDO</b>	<b>R\$ 9.964.310,55</b>

	<b>dez/22</b>	<b>dez/23</b>
<b>Processos em compensação</b>	<b>477</b>	<b>475</b>
RGPS	475	473
Hortolândia	2	2
Estado de São Paulo	0	1
Cidade de São Paulo	0	2
<b>Processos aguardando análise</b>	<b>390</b>	<b>709</b>
RGPS	349	623
Estado de SP	33	66
Campinas	5	8
Sumaré	1	1
Ministério da Defesa	1	1
Minas Gerais	1	3
Alagoas	0	1
Guaxupé	0	1
Indaiatuba	0	1
São Paulo (Capital)	0	0
Minist Cienc Tec.	0	1
Mato Grosso do Sul	0	1
Sorocaba	0	1
Senges	0	1

As informações apresentadas, mostram que os processos vêm sendo lançados mensalmente no sistema da DATAPREV, iniciando o ano de 2023 com 390 processos aguardando análise e finalizando o ano de 2023 com 709 processos aguardando análise pelos respectivos órgãos.

No Ano de 2023, houve a aprovação 17 novos processos, e 6 cessações de pagamento oriundas de óbito.

## 1.2. Parcelamento de Débitos Patronais e Outras Receitas

Durante o ano de 2023, a Prefeitura Municipal recolheu em dia todos os valores relativos a débitos patronais assim com os relativos ao convênio de perícia.

Em relação aos acordos de parcelamento n.º406/2020, 408/2020 e 828/2021, foi observado o pagamento em dia dos respectivos acordos, não ocorrendo nenhum atraso.

Além dos acordos de parcelamento, a Prefeitura Municipal possui convênio com a Pauliprev (Convenio SMRH n.º001/2020), o qual prevê o ressarcimento de despesas conforme proporção de atendimentos realizados. Em relação a isso, observamos que a Municipalidade vem honrando com os pagamentos mensais.

<b>PARCELAMENTO / CONVÊNIO</b>	<b>2023</b>
406/2020 - Principal	R\$ 1.671.107,40
406/2020 - Atual. Monetária	R\$ 761.617,65
408/2020 - Principal	R\$ 2.658.709,20
408/2020 - Atual. monetária	R\$ 1.211.723,32
Acordo 828/2021 - Principal	R\$ 1.382.348,76
Acordo 828/2021 - Atual. Monetária	R\$ 346.581,44
Convênio SMRH 001/2020	R\$ 724.664,77

2023	
<b>Aportes</b>	<b>R\$ 79.895.644,91</b>
<b>Aporte Déficit Atuarial - Prefeitura</b>	<b>R\$ 78.269.529,11</b>
Aporte Déficit Atuarial - Câmara	R\$ 1.626.115,80
Contribuição dos Segurados	R\$ 74.490.666,94
<b>Contribuição Ativos Prefeitura</b>	<b>R\$ 63.479.612,88</b>
Contribuição Ativos Câmara	R\$ 1.376.198,71
Contribuição Ativos PAULIPREV	R\$ 481.359,49
Contribuição Ativos Cedidos	R\$ 32.979,78
Contribuição Ativo em Auxílio Doença	R\$ 0,00
Contribuição Inativos Prefeitura	R\$ 8.719.463,89
Contribuição Inativos Câmara	R\$ 210.400,56
Contribuição Pensionistas Prefeitura	R\$ 176.281,13
Contribuição Pensionistas Câmara	R\$ 11.349,65
Contribuições Processos Judiciais	R\$ 3.020,85
Contribuição Patronal	R\$ 65.340.127,58

<b>Contribuição Patronal - Prefeitura</b>	<b>R\$ 63.479.612,83</b>
Contribuição Patronal - Câmara	R\$ 1.376.198,71
Contribuição Patronal - PAULIPREV	R\$ 447.491,61
Contribuição Patronal - Cedidos	R\$ 32.979,78
Contribuições Processos Judiciais	R\$ 3.844,65
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 219.726.439,43</b>

### **1.3. Receitas Previdenciárias e Remuneração dos investimentos**

A gestão do RPPS do Município de Paulínia é designada à PAULIPREV, nos termos da Lei Complementar nº 18 de 2001, com a personalidade de Autarquia Municipal.

Para tanto, existe uma estrutura voltada ao controle das receitas e despesas previdenciárias e à gestão patrimonial dos valores acumulados, que são investidos no mercado financeiro, visando propiciar receita suficiente para provimentos dos benefícios de aposentadorias e pensões de todos os segurados deste Regime Próprio.

Constitui finalidade primordial da autarquia na consecução de suas finalidades que é a concessão de benefícios, atuar com independência e imparcialidade, visando o interesse público, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência, acompanhando e exigindo da municipalidade o cumprimento pontual de suas obrigações previdenciárias.

Observamos que repasses patronais e aqueles recolhidos dos segurados foram efetuados nas datas previstas conforme valores constantes na tabela abaixo. Em relação ao estabelecido na Lei Municipal nº 3.738/2019, que define previamente os valores do aporte para cada exercício, no ano de 2023, os aportes foram recolhidos pontualmente.

	<b>2023</b>
<b>APORTES</b>	<b>R\$ 79.895.644,91</b>
Aporte Déficit Atuarial - Prefeitura	R\$ 78.269.529,11
Aporte Déficit Atuarial - Câmara	R\$ 1.626.115,80
<b>Contribuição dos Segurados</b>	<b>R\$ 74.490.666,94</b>
Contribuição Ativos Prefeitura	R\$ 63.479.612,88
Contribuição Ativos Câmara	R\$ 1.376.198,71
Contribuição Ativos PAULIPREV	R\$ 481.359,49
Contribuição Ativos Cedidos	R\$ 32.979,78
Contribuição Ativo em Auxílio Doença	R\$ 0,00
Contribuição Inativos Prefeitura	R\$ 8.719.463,89
Contribuição Inativos Câmara	R\$ 210.400,56
Contribuição Pensionistas Prefeitura	R\$ 176.281,13
Contribuição Pensionistas Câmara	R\$ 11.349,65
Contribuições Processos Judiciais	R\$ 3.020,85
<b>Contribuição Patronal</b>	<b>R\$ 65.340.127,58</b>
Contribuição Patronal - Prefeitura	R\$ 63.479.612,83
Contribuição Patronal - Câmara	R\$ 1.376.198,71
Contribuição Patronal - PAULIPREV	R\$ 447.491,61
Contribuição Patronal - Cedidos	R\$ 32.979,78
Contribuições Processos Judiciais	R\$ 3.844,65
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 219.726.439,43</b>

A remuneração dos investimentos são os ganhos obtidos pela carteira ao longo dos últimos 12 meses.

<b>REMUNERAÇÃO INVESTIMENTOS</b>	<b>2023</b>
Cupons de juros de Títulos Públicos	R\$ 47.036.661,07
Dividendos	R\$ 0,00
Juros de fundos de investimentos	R\$ 0,00
Ganhos de capital	R\$ 31.577.969,69
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 78.614.630,76</b>

Podemos observar que, um ponto importante da análise horizontal foi o aumento significativo nas receitas provenientes dos investimentos, que dobraram em comparação com o ano de 2022.

Tipo	2022	2023	Δ%
Contribuições	R\$ 143.946.446,23	R\$ 139.830.794,52	-2,9%
Aportes	R\$ 65.451.013,45	R\$ 79.895.644,91	22,1%
Remuneração dos Investimentos	R\$ 39.234.438,57	R\$ 78.614.630,76	100,4%
Compensação Previdenciária	R\$ 11.592.465,77	R\$ 9.995.453,11	-13,8%
Parcelamentos e Convênios	R\$ 7.846.350,72	R\$ 8.756.752,54	11,6%
Operacionalização da Folha de Pagamento	R\$ 0,00	R\$ 1.773.884,26	-
Restituições	R\$ 7.968,74	R\$ 6.089,10	-23,6%
Receitas de Serviços	R\$ 950,00	R\$ 1.400,00	47,4%
<b>Receita Total</b>	<b>R\$ 268.079.633,48</b>	<b>R\$ 318.874.649,20</b>	<b>18,9%</b>

## 2.0. Despesas

As despesas de um RPPS (Regime Próprio de Previdência) são classificadas em despesas administrativas e despesas previdenciárias, sendo que as despesas administrativas de um RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) se referem aos gastos relacionados à gestão e operação do sistema previdenciário, como salários dos funcionários, custos de manutenção de instalações e despesas com serviços administrativos. Já as despesas previdenciárias de um RPPS englobam os pagamentos de benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões, bem como outros compromissos financeiros assumidos pelo regime para garantir os direitos previdenciários dos segurados.

TIPO	2022	%	2023	%
Despesas Previdenciárias	R\$ 186.079.500,24	97,1%	R\$ 227.366.976,00	97,2%
Despesas Administrativas	R\$ 5.633.708,34	2,9%	R\$ 6.436.876,13	2,8%
Despesa Total	R\$ 191.713.208,58	100,0%	R\$ 233.803.852,13	100,0%

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2023
Aposentadorias	R\$ 213.900.950,94
Pensões	R\$ 13.033.792,61
Compensação Previdenciária	R\$ 31.142,56
Sentenças Judiciais	R\$ 248.345,13
Indenizações e Restituições	R\$ 152.744,76
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 227.366.976,00</b>

Em 2023, o custo previdenciário fechou em R\$ 227.366.976,00, o que significou um aumento aproximado de 21% nas despesas administrativa no período quando comparados a 2023.

CUSTO ADMINISTRATIVO	2023	A.V.
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 4.243.210,40	65,92%
Obrigações Patronais – Intraorçamentária	R\$ 447.491,61	6,95%
Jetons (Conselhos)	R\$ 336.623,60	5,23%
Auxílio Alimentação	R\$ 280.399,99	4,36%
Aluguel da Sede Pauliprev	R\$ 191.413,06	2,97%
Locação de Softwares	R\$ 166.175,97	2,58%
Auxílio Refeição	R\$ 160.866,66	2,50%
Locação de Computadores	R\$ 114.527,02	1,78%

Auxílio Saúde	R\$ 107.700,00	1,67%
Auxílio Transporte	R\$ 71.779,99	1,12%
Locação de Impressoras e Scanners	R\$ 44.936,22	0,70%
Material de Consumo	R\$ 39.972,58	0,62%
Serviços Bancários	R\$ 34.582,36	0,54%
Energia Elétrica	R\$ 30.814,27	0,48%
Obrigações Patronais - INSS	R\$ 29.400,62	0,46%
Vale cesta de natal	R\$ 27.000,00	0,42%
Serviços de Consultoria	R\$ 25.247,19	0,39%
Serviços de Telefone e Internet	R\$ 14.567,24	0,23%
Obrigações Patronais - FGTS	R\$ 11.200,22	0,17%
Manutenção Preventiva Ar Condicionado	R\$ 8.367,70	0,13%
Backup em Nuvem, Hospedagem do Site e E-mail	R\$ 7.546,10	0,12%
Regime de Adiantamento	R\$ 7.397,30	0,11%
Bolsa estágio	R\$ 5.501,47	0,09%
Correios	R\$ 3.952,40	0,06%
Outros Serviços (não recorrentes)	R\$ 3.174,00	0,05%
Arquivo externo	R\$ 3.115,80	0,05%
Seguro Predial	R\$ 2.927,39	0,05%
Água e Esgoto	R\$ 2.643,04	0,04%
Locação de Veículos	R\$ 2.328,00	0,04%
Filiação ABIPEM	R\$ 2.250,00	0,03%
Despesas com Passagens e Deslocamentos	R\$ 1.947,99	0,03%
IPTU Sede Pauliprev	R\$ 1.507,44	0,02%
Serviço de Dedetização	R\$ 1.300,00	0,02%
Recortes Eletrônicos (Grifon)	R\$ 1.105,00	0,02%
Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 989,97	0,02%
Serviços para obter AVCB do Corpo de Bombeiros	R\$ 950,00	0,01%
Capacitação de Servidores	R\$ 549,00	0,01%
Equipamentos e Material Permanente	R\$ 540,00	0,01%

Despesas com hospedagem	R\$ 477,95	0,01%
Estagiário convênio CIEE	R\$ 319,20	0,00%
Horas Extras	R\$ 77,38	0,00%
<b>TOTAL 2023</b>	<b>R\$ 6.436.876,13</b>	<b>100,0%</b>

Em 2023, o custo administrativo fechou em R\$ 6.436,876,13, o que significou um aumento de aproximadamente 15% nas despesas administrativas em relação a 2022.

DESPESAS 2023					
Mês	Aposentados	pensionistas	Ativos	Conselheiros	Custo Adm.
<b>Jan/23</b>	R\$ 14.837.693,88	R\$ 968.323,66	R\$ 282.255,10	R\$ 25.350,00	R\$ 445.272,51
<b>Fev/23</b>	R\$ 16.845.953,82	R\$ 987.457,20	R\$ 403.740,32	R\$ 25.350,00	R\$ 597.881,89
<b>Mar/23</b>	R\$ 15.278.760,62	R\$ 962.317,52	R\$ 294.054,66	R\$ 25.350,00	R\$ 457.984,52
<b>Abr/23</b>	R\$ 15.201.392,19	R\$ 996.543,46	R\$ 295.763,04	R\$ 27.300,00	R\$ 476.906,66
<b>Mai/23</b>	R\$ 16.761.887,08	R\$ 977.486,62	R\$ 345.181,08	R\$ 29.159,20	R\$ 528.496,83
<b>Jun/23</b>	R\$ 16.887.956,25	R\$ 998.418,62	R\$ 350.414,13	R\$ 29.159,20	R\$ 531.523,44
<b>Jul/23</b>	R\$ 16.890.828,05	R\$ 1.012.651,91	R\$ 338.557,62	R\$ 29.159,20	R\$ 519.069,63
<b>Ago/23</b>	R\$ 17.173.997,02	R\$ 1.009.201,93	R\$ 321.081,85	R\$ 29.159,20	R\$ 504.249,33
<b>Set/23</b>	R\$ 22.981.914,83	R\$ 1.422.071,87	R\$ 375.838,46	R\$ 29.159,20	R\$ 557.523,66
<b>Out/23</b>	R\$ 17.322.465,99	R\$ 1.054.195,09	R\$ 312.529,02	R\$ 29.159,20	R\$ 494.349,13
<b>Nov/23</b>	R\$ 17.511.963,85	R\$ 1.063.033,20	R\$ 380.339,36	R\$ 29.159,20	R\$ 562.442,92
<b>Dez/23</b>	R\$ 26.206.137,36	R\$ 1.582.091,53	R\$ 543.485,76	R\$ 29.159,20	R\$ 761.175,61
	<b>R\$ 213.900.950,94</b>	<b>R\$ 13.033.792,61</b>	<b>R\$ 4.243.240,40</b>	<b>R\$ 336.623,60</b>	<b>R\$ 6.436.876,13</b>

Observamos que o incremento de novos contribuintes entre 2022 e 2023 é insuficiente em relação ao aumento do número de beneficiários de aposentadoria e pensão que aumentam em uma proporção muito maior.

#### BASE DE SEGURADOS

	Dez/21	Dez/22	Dez/23
<b>Aposentados</b>	1432	1615	1776
<b>Pensionistas</b>	139	153	169

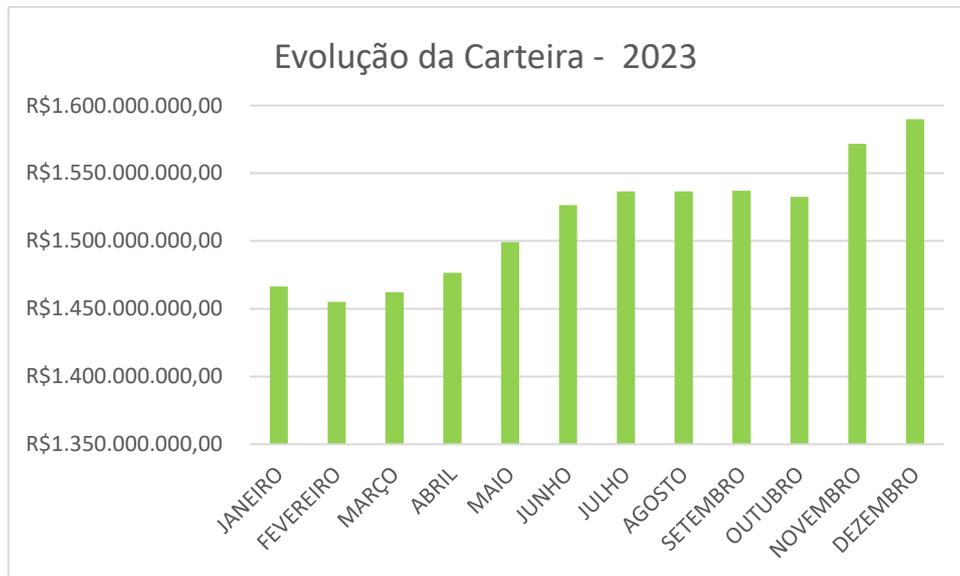
### 3.0. Financeiro

A carteira de investimentos fechou o exercício com uma rentabilidade nominal de 9,86%. A meta do Instituto era rentabilizar sua carteira em 4,93% + IPCA, ou seja, 9,75% de retorno nominal. A meta atuarial não leva em conta a situação do mercado financeiro, crises, pandemias ou mesmo guerras. O ano de 2023 ainda foi marcado por muitas turbulências

O Conselho Fiscal pesquisou entre carteiras de Regimes Próprios de Previdência existentes no Estado de São Paulo cujo Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal, IEG-Prev/Municipal, continua se destacando em relação aos demais, concluímos que a carteira da investimentos da Pauliprev teve uma das melhores rentabilidades em relação a outros Rpps no Estado de São Paulo.

#### CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - 2023

<b>JANEIRO</b>	R\$ 1.466.405.038,99
<b>FEVEREIRO</b>	R\$ 1.455.134.056,66
<b>MARÇO</b>	R\$ 1.462.272.289,41
<b>ABRIL</b>	R\$ 1.476.623.073,03
<b>MAIO</b>	R\$ 1.499.093.036,31
<b>JUNHO</b>	R\$ 1.526.508.385,71
<b>JULHO</b>	R\$ 1.536.670.247,16
<b>AGOSTO</b>	R\$ 1.536.670.247,16
<b>SETEMBRO</b>	R\$ 1.536.999.608,73
<b>OUTUBRO</b>	R\$ 1.532.547.636,52
<b>NOVEMBRO</b>	R\$ 1.571.748.380,42
<b>DEZEMBRO</b>	R\$ 1.589.859.899,20

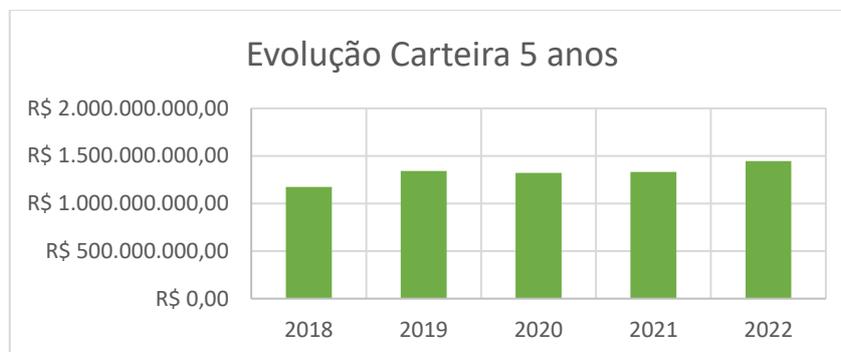


Observamos que a maior parte do patrimônio do Instituto continua alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo os maiores gestores: Caixa Econômica Federal e Tesouro Nacional, o que torna a carteira resiliente a situações adversas.

Quanto à adequação à política de investimentos, observamos que a estratégia de alocação e percentuais vêm sendo respeitados, observando os limites, condições e vedações estabelecidos em Resolução do CMN 4.963/2021 e alterações, os desenquadramentos em geral são causados por PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), oriundas de aplicações ocorridas em gestões anteriores, mesmo com tais perdas e o aumento de beneficiários, a carteira vem se mantendo resiliente, ao longo dos 5 (cinco) últimos anos.

No ano de 2023 conforme observado, foi necessário realizar alocação de valores a fim de manter os limites legais de enquadramento conforme o especificado na Resolução 4963/2021, e ao Pro-gestão nível II.

ANO	PATRIMONIO
2018	R\$ 1.172.904.025,53
2019	R\$ 1.342.111.493,02
2020	R\$ 1.322.436.871,50
2021	R\$ 1.330.817.656,86
2022	R\$ 1.447.119.764,67
2023	R\$ 1.589.859.899,20



Nas tabelas abaixo podemos visualizar a evolução de cada aplicação ao longo do ano de 2023. Observamos que não existem movimentações ou realocações, que não estejam amparadas em documentação contábil.

O conselho fiscal teve acesso a toda documentação orçamentária, financeira e contábil para subsidiar a formulação do parecer em face as movimentações econômico financeiras do Pauliprev, onde se destaca os relatórios de Investimentos e os relatórios sintéticos da Tesouraria. Os documentos de Investimentos contêm: Extratos bancários (conta corrente e investimentos); Autorização de Aplicação e Resgate – APR; demonstrativo das Aplicações e Investimentos de Recursos – DAIR; Relatórios gerenciais de acompanhamento dos investimentos e ata do Comitê de Investimentos; relativos aos meses em análise. Os documentos da Tesouraria contêm: Balancete contábil, relatório analítico da tesouraria, relatório sintético da tesouraria; Movimentações das arrecadações das receitas; Conciliações bancárias de todas as contas correntes e suas aplicações financeiras respeitando a segregação do plano previdenciário, plano financeiro e da reserva administrativa, assim como movimentações do almoxarifado.

Ativos	jan/23	%	fev/23	%	mar/23	%	abr/23	%	mai/23	%	jun/23	%
BANCO DO BRASIL S/S NTN-B	R\$ 832.951.410,79	1,17%	R\$ 821.164.287,01	0,95%	R\$ 833.157.833,38	1,46%	R\$ 840.820.096,58	0,92%	R\$ 808.291.371,07	1,03%	R\$ 811.840.944,00	0,44%
CAIXA DE CAPITALIZAÇÃO DE RENDA FIXA	R\$ 81.345.453,20	1,06%	R\$ 83.711.383,66	0,97%	R\$ 86.001.659,46	1,22%	R\$ 87.079.107,89	0,87%	R\$ 89.093.958,19	1,81%	R\$ 93.787.270,28	2,14%
BB PREV INVEST TOTAL	R\$ 30.281.541,65	0,65%	R\$ 30.783.350,75	0,98%	R\$ 31.551.077,55	1,89%	R\$ 32.158.722,41	1,28%	R\$ 53.104.118,93	2,30%	R\$ 54.282.008,29	1,81%
ITAU INST. ALOC.DINAMIC I	R\$ 22.269.725,25	0,50%	R\$ 22.923.986,55	1,14%	R\$ 23.072.270,24	2,43%	R\$ 23.355.119,76	1,23%	R\$ 23.904.423,85	2,35%	R\$ 24.436.079,90	2,22%
BB PREV PERFIL	R\$ 30.084.018,33	1,32%	R\$ 40.280.985,56	1,04%	R\$ 47.565.413,04	1,31%	R\$ 54.785.801,97	0,98%	R\$ 62.232.122,84	1,26%	R\$ 69.723.707,24	1,18%
SANTANDER INST FIC RENDA FIXA RE	R\$ 14.756.145,22	1,36%	R\$ 24.726.457,91	1,25%	R\$ 19.696.405,75	1,39%	R\$ 14.711.540,53	1,14%	R\$ 30.100.320,81	2,62%	R\$ 25.224.924,04	1,42%
SANTANDER INST FIC RENDA FIXA RE (Lcdm)	R\$ 2.701.337,87	1,25%	R\$ 2.868.640,84	0,90%	R\$ 3.171.011,64	1,31%	R\$ 3.748.324,30	1,06%	R\$ 4.097.713,22	1,36%	R\$ 4.447.254,32	1,29%
BAHIA BBM VALUATION II FIC DE FIA	R\$ 34.535.985,30	3,05%	R\$ 31.824.862,30	-7,85%	R\$ 30.617.940,12	-3,79%	R\$ 30.950.084,19	1,08%	R\$ 31.736.949,64	2,54%	R\$ 34.275.271,04	8,00%
GERAÇÃO FIA	R\$ 36.064.726,89	4,06%	R\$ 33.172.341,32	-8,02%	R\$ 31.729.709,65	-4,35%	R\$ 32.409.485,90	2,14%	R\$ 33.851.591,80	4,45%	R\$ 36.315.789,64	7,28%
ICATU VANGUARDA DIDIVENDO FIA	R\$ 47.797.428,26	3,34%	R\$ 44.498.298,89	-6,90%	R\$ 43.074.474,52	-3,20%	R\$ 43.248.533,39	0,40%	R\$ 44.610.153,17	3,15%	R\$ 48.236.577,38	8,13%
BRADESCO SELECTION	R\$ 60.741.310,39	3,93%	R\$ 56.195.970,86	-7,48%	R\$ 53.939.438,38	-4,02%	R\$ 53.944.311,31	0,01%	R\$ 57.125.816,41	5,90%	R\$ 61.702.949,61	8,01%
ITAU MOMENTO 30	R\$ 35.682.105,36	4,09%	R\$ 32.392.691,28	-9,22%	R\$ 30.681.418,10	-5,28%	R\$ 31.252.833,64	1,86%	R\$ 32.814.173,07	5,00%	R\$ 35.382.928,33	7,83%
ITAU DUNAMIS FDO INVEST	R\$ 69.029.128,59	2,42%	R\$ 64.334.884,03	-6,80%	R\$ 61.807.221,52	-3,93%	R\$ 62.626.657,49	1,33%	R\$ 63.024.368,82	0,64%	R\$ 66.343.249,17	5,27%
TOWER BRIDGE RF FI IMA-B 5	R\$ 10.240.029,76	-0,65%	R\$ 10.213.357,25	0,29%	R\$ 10.202.382,90	-0,11%	R\$ 10.180.977,84	-0,21%	R\$ 10.159.651,82	-0,21%	R\$ 10.136.476,84	-0,23%
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI IMA	R\$ 12.161.134,85	0,58%	R\$ 12.202.308,75	0,34%	R\$ 12.255.286,27	0,43%	R\$ 12.297.009,95	0,34%	R\$ 12.361.679,14	0,53%	R\$ 12.412.512,40	0,41%
PIATA FI LP PREV.CREDITO PRIVADO	R\$ 3.455.345,67	-0,13%	R\$ 3.444.032,36	-0,33%	R\$ 3.434.904,21	-0,27%	R\$ 3.422.769,21	-0,35%	R\$ 3.442.351,61	0,57%	R\$ 3.431.234,44	-0,32%
TMJ IMA B FI RF	R\$ 8.667.553,02	1,80%	R\$ 8.404.450,26	0,38%	R\$ 8.170.787,40	0,74%	R\$ 8.216.689,06	0,56%	R\$ 8.261.476,67	0,55%	R\$ 7.921.627,24	2,15%
FIR PYXIS INSTITUCIONAL IMA B	R\$ 4.823.744,56	0,29%	R\$ 4.833.604,92	0,20%	R\$ 4.875.931,49	0,88%	R\$ 4.889.756,09	0,28%	R\$ 4.919.088,36	0,60%	R\$ 4.894.651,61	-0,50%
INCENTIVO MULTISETORIAL I	R\$ 527.401,73	-0,21%	R\$ 524.561,97	-0,54%	R\$ 520.630,90	-0,75%	R\$ 517.048,44	-0,69%	R\$ 514.670,25	-0,46%	R\$ 511.948,02	-0,53%
LEWIS FIDIC SENIOR	R\$ 5.944.030,38	0,44%	R\$ 5.926.910,65	-0,29%	R\$ 5.914.189,25	-0,21%	R\$ 5.895.297,54	-0,32%	R\$ 5.877.932,14	-0,29%	R\$ 5.855.648,87	-0,38%
CITIBANK BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 193.837,93	-0,26%	R\$ 193.188,13	-0,34%	R\$ 192.599,78	-0,30%	R\$ 191.848,43	-0,39%	R\$ 191.216,85	-0,33%	R\$ 190.625,68	-0,31%
GBX (PRIME)	R\$ 9.284.729,85	0,00%	R\$ 9.002.990,96	0,07%	R\$ 9.034.611,12	0,35%	R\$ 9.038.591,32	0,04%	R\$ 9.062.916,05	0,27%	R\$ 9.058.616,70	-0,05%
ILLUMINATI FIDC	R\$ 14.740.646,46	-0,19%	R\$ 14.280.395,56	-3,12%	R\$ 14.117.054,55	-1,14%	R\$ 13.854.460,81	-1,86%	R\$ 13.344.121,57	-3,68%	R\$ 11.718.458,99	-3,78%
FIMFP1 LONGO PRAZO	R\$ 13.526.735,13	-1,27%	R\$ 13.521.344,37	-0,04%	R\$ 13.519.340,87	-0,01%	R\$ 13.517.576,04	-0,01%	R\$ 13.515.797,32	-0,01%	R\$ 13.513.843,17	-0,01%
FI MULTIMERCADO SCULPTOR	R\$ 30.037.080,61	0,01%	R\$ 29.943.314,01	-0,31%	R\$ 29.851.377,98	-0,31%	R\$ 29.416.969,56	-1,46%	R\$ 29.388.081,79	-0,10%	R\$ 28.801.216,53	0,07%
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FIP	R\$ 0,00	0,00%										
ATICO FLORESTAL	R\$ 4.272.309,72	0,00%	R\$ 4.271.051,40	-0,03%	R\$ 4.269.651,67	-0,03%	R\$ 4.268.397,55	-0,03%	R\$ 4.267.027,96	-0,03%	R\$ 4.265.686,46	-0,03%
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL I	R\$ 0,00	-0,03%	R\$ 0,00	0,00%								
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL II	R\$ 597.128,63	0,00%	R\$ 594.016,13	-0,52%	R\$ 567.274,14	-4,50%	R\$ 550.826,11	-2,90%	R\$ 547.367,62	-0,63%	R\$ 544.373,84	-0,55%
W7 - INFRA TEC FIP	R\$ 1.911.615,25	-0,59%	R\$ 1.909.185,02	-0,13%	R\$ 1.906.116,68	-0,16%	R\$ 1.903.692,98	-0,13%	R\$ 1.900.764,59	-0,15%	R\$ 1.897.984,08	-0,15%
HAZ - ATICO RF FI IMOBILIARIO	R\$ 12.907.346,16	-0,15%	R\$ 12.921.301,37	0,11%	R\$ 12.920.736,78	0,00%	R\$ 12.925.581,99	0,13%	R\$ 12.924.228,04	-0,01%	R\$ 13.632.659,20	5,48%
BR HOTEIS FII	R\$ 12.267.707,41	0,14%	R\$ 11.857.965,50	3,47%	R\$ 11.841.040,30	-0,14%	R\$ 11.829.812,29	-0,09%	R\$ 11.814.240,46	-0,13%	R\$ 11.802.444,96	-0,10%
INFRA SANEAMENTO	R\$ 22.193.361,07	-0,05%	R\$ 22.192.372,64	0,00%	R\$ 22.192.621,10	0,00%	R\$ 22.193.745,62	0,01%	R\$ 22.194.233,04	0,00%	R\$ 19.502.250,27	0,00%
INFRA REAL STATE	R\$ 412.983,70	-0,01%	R\$ 419.564,05	2,22%	R\$ 419.878,67	0,73%	R\$ 421.402,84	1,01%	R\$ 419.129,21	-0,19%	R\$ 417.173,17	-0,47%

Ativos	jul/23	%	ago/23	%	set/23	%	out/23	%	nov/23	%	dez/23	%
BANCO DO BRASIL S/N-TIN-B	R\$ 815.524.230,42	0,45%	R\$ 801.138.745,65	0,708%	R\$ 806.574.836,57	0,678%	R\$ 812.119.010,19	0,687%	R\$ 814.549.135,74	0,239%	R\$ 821.247.198,77	0,822%
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RENDA FIXA	R\$ 94.811.170,02	1,09%	R\$ 98.563.450,71	0,623%	R\$ 98.352.596,02	0,401%	R\$ 97.885.482,68	0,254%	R\$ 98.965.441,78	1,427%	R\$ 100.008.039,16	1,206%
BB PREV RET TOTAL	R\$ 54.945.999,99	1,22%	R\$ 55.757.582,68	1,043%	R\$ 56.454.873,57	0,804%	R\$ 57.149.767,93	0,854%	R\$ 59.981.142,66	1,113%	R\$ 61.185.637,64	0,954%
ITAU INST. ALOC. DINAMIC I	R\$ 24.655.537,39	0,90%	R\$ 24.746.834,51	0,370%	R\$ 24.672.789,54	-0,298%	R\$ 24.621.466,06	-0,208%	R\$ 25.261.512,16	2,600%	R\$ 0,00	0,162%
BB PREV/PERFIL	R\$ 77.276.367,33	1,14%	R\$ 88.208.607,12	1,258%	R\$ 95.871.844,17	1,029%	R\$ 103.625.316,30	1,941%	R\$ 112.456.595,76	0,964%	R\$ 120.407.708,22	0,943%
SANTANDER INST FIC RENDA FIXA RE	R\$ 20.178.441,31	1,42%	R\$ 31.914.350,06	2,303%	R\$ 20.504.887,58	1,212%	R\$ 15.010.784,61	1,299%	R\$ 9.267.569,10	1,363%	R\$ 21.946.022,57	2,816%
SANTANDER INST FIC RENDA FIXA RE	R\$ 4.892.053,71	1,27%	R\$ 5.282.451,96	1,470%	R\$ 5.623.242,05	1,126%	R\$ 6.002.574,14	1,100%	R\$ 6.334.886,74	1,021%	R\$ 6.495.268,13	0,981%
BAHIA BBM VALUATION II FIC DE FIA	R\$ 35.232.146,14	2,79%	R\$ 32.783.332,28	-6,951%	R\$ 33.174.920,91	1,194%	R\$ 32.161.870,30	-3,054%	R\$ 36.186.406,50	12,513%	R\$ 38.159.252,57	5,482%
GERAÇÃO FIA	R\$ 37.636.753,83	3,64%	R\$ 36.438.985,49	-3,182%	R\$ 36.019.043,95	-1,152%	R\$ 35.017.139,00	-2,782%	R\$ 38.754.307,65	10,672%	R\$ 30.216.240,10	3,772%
ICATU VANGUARDADIVIDENDO FIA	R\$ 49.812.771,02	3,27%	R\$ 47.816.690,47	-4,007%	R\$ 48.096.278,52	0,585%	R\$ 46.702.220,15	-2,898%	R\$ 50.968.009,51	9,134%	R\$ 64.543.568,28	7,015%
BRADESCO SELECTION	R\$ 63.330.840,16	2,64%	R\$ 59.328.423,38	-6,320%	R\$ 58.758.280,75	-0,961%	R\$ 55.780.210,88	-5,068%	R\$ 61.882.760,36	10,940%	R\$ 65.753.512,74	6,255%
ITAU MOVIMENTO 30	R\$ 36.970.522,59	4,49%	R\$ 33.647.123,12	-8,989%	R\$ 33.458.996,84	-0,559%	R\$ 31.017.513,33	-7,297%	R\$ 34.613.540,54	11,594%	R\$ 36.466.131,82	5,352%
ITAU DYNAMIS FDO INVEST	R\$ 68.076.574,34	2,61%	R\$ 64.708.681,26	-4,947%	R\$ 64.577.448,34	-0,203%	R\$ 61.809.020,04	-4,287%	R\$ 69.969.676,17	13,203%	R\$ 75.115.584,50	7,354%
TOWER BRIDGE RF FI IMA-B5	R\$ 10.112.940,04	-0,23%	R\$ 10.092.412,49	-0,20%	R\$ 10.065.957,62	-0,26%	R\$ 10.055.179,05	-0,11%	R\$ 10.035.843,39	-0,19%	R\$ 8.189.964,64	-18,39%
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FII IMA	R\$ 12.466.928,73	0,44%	R\$ 10.807.905,75	3,477%	R\$ 10.856.863,63	0,45%	R\$ 10.805.767,99	-0,47%	R\$ 10.847.885,75	0,39%	R\$ 9.806.958,98	-9,60%
PIATA FII LP PREV.CREDITO PRIVADO	R\$ 3.449.293,59	0,53%	R\$ 3.468.823,57	0,57%	R\$ 3.347.201,69	-0,43%	R\$ 3.318.307,29	-0,86%	R\$ 3.299.459,81	-0,57%	R\$ 3.291.871,45	-0,23%
TMJ IMA B FII RF	R\$ 7.422.625,38	0,23%	R\$ 7.339.661,92	-1,12%	R\$ 7.148.717,43	-2,60%	R\$ 7.053.534,59	-1,33%	R\$ 7.060.347,02	0,10%	R\$ 6.544.903,33	-7,30%
FII RF PYMS INSTITUCIONAL IMAB	R\$ 4.860.108,39	-0,71%	R\$ 4.859.687,33	-0,01%	R\$ 4.748.736,93	-2,28%	R\$ 3.860.174,02	-18,71%	R\$ 3.483.284,31	-9,76%	R\$ 2.012.204,03	-42,29%
INCENTIVO MULTISSETORIAL I	R\$ 509.969,19	-0,4%	R\$ 506.947,86	-0,6%	R\$ 503.589,12	-0,7%	R\$ 500.261,97	-0,7%	R\$ 498.333,79	-0,4%	R\$ 492.739,87	-1,1%
LEME FIDIC SENIOR	R\$ 5.837.261,39	-0,31%	R\$ 5.815.187,36	-0,38%	R\$ 5.788.812,82	-0,45%	R\$ 5.762.900,65	-0,45%	R\$ 5.743.761,26	-0,33%	R\$ 5.718.412,22	-0,44%
CITIBANK BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 190.018,66	-0,32%	R\$ 189.424,42	-0,31%	R\$ 188.782,86	-0,34%	R\$ 188.132,44	-0,34%	R\$ 187.455,93	-0,36%	R\$ 185.821,17	-0,87%
GBX(PRIME)	R\$ 9.059.870,34	0,01%	R\$ 9.100.618,49	0,45%	R\$ 9.077.281,31	-0,26%	R\$ 9.048.956,96	-0,31%	R\$ 9.033.659,59	-0,17%	R\$ 9.021.191,10	-0,14%
ILLUMINATI FIDC	R\$ 11.205.734,11	-4,38%	R\$ 10.774.309,32	-3,85%	R\$ 10.279.054,76	-4,60%	R\$ 10.261.331,82	-0,17%	R\$ 10.056.009,88	-2,00%	R\$ 10.483.698,28	4,25%
FIM FPI LONGO PRAZO	R\$ 13.511.987,95	-0,01%	R\$ 13.510.156,46	-0,01%	R\$ 13.508.737,70	-0,01%	R\$ 13.506.991,11	-0,01%	R\$ 13.184.352,99	-2,39%	R\$ 13.529.679,92	2,62%
FI MULTIMERCADO SCULPTOR	R\$ 28.756.528,25	-0,16%	R\$ 28.695.637,45	-0,21%	R\$ 28.660.770,46	-0,12%	R\$ 28.595.349,21	-0,23%	R\$ 28.526.135,14	-0,24%	R\$ 28.469.807,97	-0,20%
ATICO GERACÃO ENERGIA FIP	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	-100,00%
ATICO FLORESTAL	R\$ 4.264.342,79	-0,03%	R\$ 4.263.583,70	-0,02%	R\$ 4.262.272,38	-0,03%	R\$ 4.260.932,80	-0,03%	R\$ 4.259.621,74	-0,03%	R\$ 4.258.310,79	-0,03%
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL I	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL II	R\$ 541.379,48	-0,55%	R\$ 538.384,19	-0,55%	R\$ 535.391,26	-0,56%	R\$ 532.396,36	-0,56%	R\$ 529.402,52	-0,56%	R\$ 526.408,14	-0,57%
W7 - INFRA TEC FIP	R\$ 1.895.207,61	-0,15%	R\$ 1.892.173,60	-0,16%	R\$ 1.889.532,64	-0,14%	R\$ 1.886.768,20	-0,15%	R\$ 1.884.134,17	-0,14%	R\$ 1.881.503,45	-0,14%
HAZ - ATICO RF FII IMOBILIARIO	R\$ 13.598.799,36	0,00%	R\$ 13.599.346,80	0,00%	R\$ 13.154.745,30	-3,27%	R\$ 13.165.723,90	0,08%	R\$ 13.506.633,50	2,59%	R\$ 13.212.009,80	-2,18%
BR-HOTELIS FII	R\$ 11.789.253,66	-0,11%	R\$ 10.962.263,34	0,07%	R\$ 10.965.836,37	0,03%	R\$ 10.968.855,21	0,03%	R\$ 10.850.974,84	-3,81%	R\$ 10.814.340,99	2,50%
INFRA SANEAMENTO	R\$ 19.503.199,11	0,00%	R\$ 19.503.895,07	0,00%	R\$ 19.461.116,10	-0,22%	R\$ 19.462.065,88	0,00%	R\$ 19.463.155,14	0,01%	R\$ 19.464.252,65	0,01%
INFRA REAL STATE	R\$ 415.302,53	0,24%	R\$ 414.569,55	0,50%	R\$ 416.169,54	1,01%	R\$ 411.631,28	-0,38%	R\$ 406.944,98	-1,14%	R\$ 411.695,92	1,17%

## 4.0. Saldo FINANCEIRO

<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>2023</b>
Contribuições e Aportes	R\$ 219.726.439,43
Remuneração dos Investimentos	R\$ 78.614.630,76
Compensação Previdenciária	R\$ 9.995.453,11
Parcelamentos e Convênios	R\$ 8.756.752,54
Restituições	R\$ 6.089,10
Receitas de Serviços	R\$ 1.400,00
Operacionalização da F.P.	R\$ 1.773.884,26
<b>Receita Total (A)</b>	<b>R\$ 318.874.649,20</b>
Despesas Previdenciárias	R\$ 227.366.976,00
Custo Administrativo	R\$ 6.436.876,13
<b>Despesa Total (B)</b>	<b>R\$ 233.803.852,13</b>
<b>Saldo Financeiro (A - B)</b>	<b>R\$ 85.070.797,07</b>

O saldo financeiro é o resultado do fluxo de receitas deduzidas todas as despesas, desconsiderando a variação na carteira de investimentos. Em 2023, o saldo financeiro foi positivo em R\$ 85.070.797,07 (oitenta e cinco milhões setenta mil setecentos e noventa e sete reais e sete centavos), montante superior aos anos de 2022 e 2021 onde respectivamente o saldo foi de R\$ 76.366.424,90 e R\$ 60.437.949,61 respectivamente.

## 5.0. Contratos

O Autarquia disponibiliza em seu site o chamamento e divulgação dos contratos realizados pela Pauliprev, a publicidade um importante instrumento de transparência, que possibilita o acompanhamento e andamento das compras e contratações feitas pela autarquia. Em 2023, os seguintes contratos foram iniciados ou se mantiveram em andamento:

FORNECEDOR	OBJETO	VALOR MENSAL	VIGÊNCIA
<b>CONTRATOS FIXOS</b>			
JANAINA PAULA DE ALMEIDA ABADIA	Locação do Imóvel Sede	R\$ 16.737,34	22/02/2025
MICROTÉCNICA	Locação de Computadores	R\$ 10.270,05	07/12/2024
FAC LOCAÇÃO DE SISTEMAS	Folha, Almoxarifado e Patrimônio	R\$ 6.794,07	18/12/2024
PRADO E BARSÍ LTDA ME	Locação de Impressoras e Scanner	R\$ 4.200,00	05/06/2024
ALIANÇA ATUARIAL LTDA	Consultoria Atuarial	R\$ 2.151,47	30/04/2024
ANDERSON LUPERINE INFORMÁTICA	Software de Digitalização (GED)	R\$ 1.434,34	18/01/2025
DATAPREV	Compensação Previdenciária	R\$ 1.200,00	26/01/2027
TELEFONICA BRASIL S/A (VIVO)	Telefonia Fixa	R\$ 956,74	20/02/2025
PARAMITA TECNOLOGIA FINANCEIRA	Software de Análise Financeira	R\$ 854,16	05/10/2024
GRUPO QUALITY	Manutenção Ar Condicionado	R\$ 737,67	26/01/2025
RODOLFO DORNE & CIA LTDA (PONTOEXE)	Manutenção do Website	R\$ 520,00	28/01/2025
TELEFONICA BRASIL S/A (VIVO)	Internet	R\$ 490,95	20/02/2025
ALLIANZ SEGUROS S/A	Seguro Predial	R\$ 333,39	04/01/2025
RODOLFO DORNE & CIA LTDA (PONTOEXE)	Backup em Nuvem	R\$ 190,96	29/01/2025
REPDATA	Relógio Ponto	R\$ 126,84	05/09/2024
TELEFONICA BRASIL S/A (VIVO)	Telefonia Móvel	R\$ 120,93	20/02/2025
GRIFON BRASIL	Boletim de Publicações	R\$ 85,00	30/11/2024
CIEE - ESTÁGIO	Contratação de estagiário	R\$ 63,84	28/08/2025
<b>CONTRATOS VARIÁVEIS</b>			
BANCO DO BRASIL	Custódia de Ativos (Selic)	R\$ 2.400,00	16/03/2024
CORREIOS	Correios	R\$ 600,00	07/12/2028
DOCSTORAGE	Armazenagem de documentos	R\$ 300,00	06/07/2024

## 6.0. Parecer Técnico

### 6.1. Certificado de Regularidade Previdenciária

O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Verificamos que o Instituto está com CRP com validade até 12/09/2024, obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986.831 – 201013, proferida nos autos da Ação Ordinária nº1012880.31.2017.4.01.

A autarquia forneceu ao Conselho Fiscal a resposta às consultas e esclarecendo que a autarquia vem realizando constantes melhorias e correções de informações equivocadas enviadas em gestão anteriores, esperando que a Pauliprev receba o CRP – Administrativo ainda no ano de 2024.

## **6.2. Cálculo Atuarial**

Com base na Lei nº 3.759/2020, datada de 01/04/2020, que modificou as contribuições patronais e dos segurados para 14%, foram feitas adaptações de acordo com as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, respeitando-se o prazo estabelecido constitucionalmente, conforme o § 6º do artigo 195 da CF.

Segundo o Manual Pró-Gestão, versão 3.4, no item 3.2.13, alínea c, este conselho verificou as premissas adotadas na avaliação atuarial de 2023, referente a 31/12/2023, e constatou a consistência dessas premissas com as diretrizes da Portaria 1.467/2022.

O Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia, na data da última avaliação, possuía um grupo de 5.710 segurados, composto por ativos, aposentados e pensionistas. O somatório dos ativos, bens e direitos destinados a cobertura dos benefícios dos segurados, pelo Regime, totalizava um montante de R\$ 1.659.196.578,78.

Foram analisadas diversas premissas, incluindo taxas de juros de referência, regime e método de financiamento, taxas de contribuição patronal e do segurado, custo normal, taxa de administração, crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, duração e aportes. Especialmente em relação à taxa de juros, observa-se uma forte coerência, dado que a carteira de títulos públicos apresenta uma taxa média ponderada de aquisição de IPCA + 5,62%, representando cerca de 65% da carteira de fundos líquidos.

Considerando os benefícios atendidos, o plano de custeio vigente, a metodologia de cálculo e demais variáveis, a avaliação atuarial apurou um déficit no valor de R\$ 3.845.535.961,12, o qual deverá ser financiado pelo Ente Federativo através do custeio suplementar (especial). No custo

normal foram utilizadas as alíquotas de custeio de 14% para o Ente e para os segurados 14% conforme legislação municipal vigente.

Quanto ao resultado da avaliação atuarial, de acordo com os documentos apresentados, o Instituto Pauliprev mantém uma situação de superávit técnico atuarial, sendo recomendada pelo atuário a manutenção do plano de aporte atual.

Destaca-se que, com o Censo realizado em 2019, foi possível obter uma base confiável da situação atuarial atual do Instituto. No entanto, ressalta-se que a validade do Censo utilizado para o cálculo da base atuarial se estende até o ano de 2024.

O reajuste geral de 12% concedido ao funcionalismo municipal em 2023, muito acima da inflação, contribuiu para um desvio ao longo de 2023, haja vista que aproximadamente 60% dos beneficiários do regime seguem a regra da paridade. Contudo, é salutar verificar, com o auxílio da citada consultoria atuarial, se as demais premissas utilizadas para o crescimento das despesas estão se confirmando.

### **6.3. Dívida Previdenciária.**

A respeito da dívida previdenciária no valor total de R\$ 72.183.609,55, correspondente aos anos de 2015 e 2016, foi promulgada a Lei nº 3.768/2020, que versa sobre o parcelamento dos débitos junto ao Pauliprev. Os Termos de Acordo nº 406 e 408/2020, estabelecendo prazos e outras diretrizes de pagamento, foram firmados em 11/08/2020, e as parcelas vêm sendo pagas pontualmente.

Além disso, foi promulgada a Lei nº 3.923/2021, permitindo o parcelamento dos débitos em até 60 prestações, conforme o acordo nº 828/2021, conforme divulgado no Diário Oficial do Município, na edição nº 1.667, de 23/07/2021. Esse acordo também está sendo honrado com pagamentos pontuais.

## 6.4. Receitas x Despesas

Considerando o conjunto total de receitas, incluindo repasses, aportes, pagamento do parcelamento, COMPREV e outras fontes de receita, o saldo financeiro do Instituto registrou um superávit em relação às despesas no valor de R\$ 85.070.797,07 (oitenta e cinco milhões, setenta mil, setecentos e noventa e sete reais e sete centavos), demonstrando uma gestão financeira exemplar dos recursos destinados à Pauliprev.

Os dados apresentados evidenciam que o modelo de financiamento está sendo mantido, mantendo as características desejadas e cumprindo os requisitos legais e regulatórios pertinentes.

Em relação aos dados fornecidos, constatamos que as reservas financeiras do Fundo Previdenciário não foram utilizadas durante o ano de 2023, ressaltando que, quando isso ocorre, o Município é responsável por cobrir essas despesas com recursos do tesouro, além de arcar com os custos da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos.

## 6.5. Previdência

Ao longo do exercício de 2023, o Conselho Fiscal analisou, por amostragem, processos de aposentadorias e pensões, confrontando com as notificações do TCE-SP, sendo que os apontamentos estão relacionados à: migração de servidores para o regime próprio, irregularidades em verbas (hora extra, hora noturno, adicionais, entre outros) e problemas de formalidade processual (cartão do PIS, portaria de adicional de tempo de serviço). Observamos que, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva a partir de 2019, baseadas nesses apontamentos, o número de glosas nas concessões de aposentadoria diminuiu consideravelmente.

Salientamos que, segundo os relatórios apresentados as aposentadorias e pensões concedidas no ano de 2022 ainda estão sob fiscalização e aproximadamente 2/3 deles já tiveram apontamentos com irregularidades, visto que as mesmas foram concedidas considerando verbas transitórias. O Conselho Fiscal com base em informações passadas pela autarquia observou que os processos finalizados no ano de 2023 e analisados na competência de 2023, provavelmente serão apontadas pelo mesmo motivo, tal fato decorre de uma mudança de entendimento e recomendações do TCE-SP, visto que processos semelhantes já vinham sendo registrados.

Os pontos a serem corrigidos são:

- Computo de verbas irregulares, e concessão pelo artigo 3º, só tem direito ao art. 3 quem é detentor de cargo público efetivo, vinculado ao Rpps, até 12/1998.
- Todas as verbas que não são salário base + ATS + DSR, não estão sendo considerada ainda que para cálculo através da média.

No caso de aposentadorias concedidas com base nas regras permanentes (art. 40 da CRFB/88), é consenso entre os diplomas jurídicos acima mencionados que o cálculo se dá por meio da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência. Importante frisar que tal regra vale para aqueles servidores que preencheram todos os requisitos para inativação antes da promulgação da EC 103/19, o que vem sendo observado corretamente pela autarquia, o entendimento do TCE-SP é de que mesmo no caso de aposentadorias calculadas pela média, não se pode levar verbas de caráter transitório.

Em relação à adequação a legislações pertinentes, vislumbramos que, foi viabilizado RPC - Previdência Complementar do Servidor Público que é uma obrigação legal, estabelecida pela Emenda Constitucional nº 103/2019. A entidade vencedora foi a BB PREVIDÊNCIA – FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL. CNPJ/MF nº 00.544.659/0001-09.

Ademais, além da Criação do RPC, os RPPS's deverão efetuar as alterações das legislações locais, vinculando as regras do RPPS's de cada Ente de acordo com os ditames da EC nº 103/2019. Tais alterações serão importantes para dimensionar os aspectos técnicos e protetivos que permitam respeitar o direito adquirido, promover as regras de transição e promover a construção de ações que de um lado estabeleçam o equilíbrio e, de outro, promovam a sustentabilidade responsabilizando os Entes públicos com a obrigação de honrar as aposentadorias já concedidas e preservar aos servidores, ainda ativos, de acordo com a lei a proteção de seus futuros.

Ainda, no último trimestre do ano os Conselhos Fiscal e Administrativo, se reuniram a fim de entender, e debater propostas para a criação de um fundo de capitalização no sistema previdenciário do Município de Paulínia, com a perspectiva de segregar a massa de participantes

do atual Fundo de Repartição Simples, do Fundo de Capitalização. O Município vem realizando estudos desde o início de 2023 com o intuito de suavizar a insuficiência financeira da Previdência Municipal, conforme Portaria MTP nº 1.467, de 02 junho de 2022.

## **6.6. Carteira de Investimentos**

O conselho analisou as atas do comitê de investimentos para avaliar o posicionamento ao longo de 2023, monitorando de perto a rentabilidade da carteira para alcançar a meta atuarial. Houve uma abordagem cautelosa nos investimentos, levando em consideração a volatilidade do mercado e a necessidade de liquidez.

Os títulos do Tesouro Nacional encerraram o ano com resultados positivos, o que ajudou a maximizar os ganhos em 2023 nos investimentos de renda variável e em fundos Ilíquidos, que constantemente vem registrando perdas.

Apesar dos desafios econômicos globais e das perdas em ativos problemáticos, a carteira da Pauliprev começou o ano de 2023 com um patrimônio de R\$ R\$ 1.571.748.380,42 e terminou com R\$1.605.119.464,92, um cenário positivo considerando os obstáculos enfrentados pelo mercado financeiro em 2023.

A carteira da Pauliprev obteve um rendimento de 8,74%, superando a meta do Instituto de 4,90% + IPCA, totalizando 10,97% de retorno nominal. É importante ressaltar que a meta atuarial não considera a turbulência do mercado financeiro. Portanto, o Conselho Fiscal comparou a evolução da carteira com a de instituições similares, chegando à conclusão de que a carteira da Pauliprev sofreu menos do que seus pares no Estado de São Paulo.

## **6.7. Comprev**

O Sistema Comprev foi criado para facilitar a Compensação Previdenciária entre o INSS e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A atualização do Novo Comprev em 2020 introduziu como inovação a capacidade de realizar compensações entre a maioria dos RPPS, por

meio do módulo RPPS x RPPS, que foi disponibilizado em agosto de 2021. Isso indica que o processo de compensação entre os diferentes regimes está ainda em fase de aprimoramento.

Quanto aos processos de compensação entre RPPS e RGPS, a Pauliprev tem realizado os lançamentos de forma adequada no sistema. O que se espera agora é uma maior rapidez por parte do Regime Originário (INSS), já que há vários processos iniciados que aguardam a compensação.

## **6.8. Recursos Humanos**

No último trimestre do ano passado, ocorreu a exoneração de uma funcionária que desempenhava a função de técnica em tecnologia da informação na Pauliprev, por solicitação própria. Isso resultou em um cargo desocupado ao final do período. No entanto, essa posição foi preenchida novamente no começo de 2024.

A Lei 3.570/2017 previa 33 cargos efetivos para o Instituto sendo reduzidos para 31 cargos com o advento da Lei Complementar 73/2020. O quadro efetivo se encontra completo.

Além disso, a PAULIPREV firmou convênio com a Prefeitura Municipal (Convênio SMRH 001/2020) com vistas ao pagamento dos serviços de perícia atrelados ao auxílio doença prestados pela estrutura de pessoal do Instituto. Tal pagamento vem decorrendo pontualmente. O conselho fiscal observa que tal situação deve ser discutida ante a realização de um novo concurso público visto que esse tem sua validade finda no primeiro semestre de 2024.

No ano de 2023, foi promulgada a Lei complementar Nº 110, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023, que adequa a redação da lei Complementar nº 73, de 01 de abril de 2020, e acrescenta e revoga dispositivos dos artigos 15, 16, 17, 19, 23, 25, 32, 33, 36, 38, 39, 40 e os Anexos I e III da Lei do respectivo normativo, e o § 12 do art. 56 da Lei Complementar nº 18, de 09 de outubro de 2001, e revoga o art. 8º da Lei Complementar nº 81, de 11 de fevereiro de 2022, alinhando a legislação do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia - PAULIPREV com isonomia às previsões legais referentes à Prefeitura Municipal de Paulínia.

## 7.0. Conclusão do Parecer

Este Conselho Fiscal realizou uma inspeção meticulosa dos documentos e confirmou que estão corretamente organizados e instruídos, atendendo às normas vigentes e refletindo com precisão a execução das operações decorridas ao longo de 2023.

Durante o monitoramento dos meses em questão, notou-se que as diretrizes estabelecidas pelo TCE-SP foram seguidas e ações foram implementadas para garantir a conformidade e aprovação das contas do exercício.

A gestão demonstrou responsabilidade no manejo dos recursos públicos, pautando-se pela transparência e pelas técnicas e procedimentos empregados, os quais estão em conformidade com as normas internas da entidade e dos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Conclui-se que as demonstrações contábeis fornecem uma representação legalmente correta da situação patrimonial, financeira e atuarial da entidade.

Portanto, após análise e debate sobre este relatório, a votação resultou no seguinte:

Os membros do conselho, unanimemente, deram parecer favorável às contas devido ao trabalho de fiscalização realizado e à compreensão de que as ações necessárias para a regularização do CRP estão sendo efetivamente conduzidas pela Diretoria atual em conjunto com a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Todos os membros do conselho reconhecem o esforço das Diretorias autárquicas, do Diretor Presidente e do Conselho Administrativo nas regularizações exigidas, assim como o comprometimento com o Comitê de Investimentos na recuperação de fundos ilíquidos, resultantes de investimentos feitos em administrações passadas.

Dessa forma, este Conselho Fiscal **APROVA** por unanimidade as contas do exercício de 2023.



Paulínia, 02 de maio de 2024.

Reginaldo Aparecido Naves  
**Presidente Conselho Fiscal**

Adelson Chaves dos Santos  
**Membro do Conselho Fiscal**

Ademir Pereira  
**Membro do Conselho Fiscal**

Mônica Cirelli de Cellio  
**Membro do Conselho Fiscal**

Valéria Serra de Freitas Guimarães  
**Membro do Conselho Fiscal**